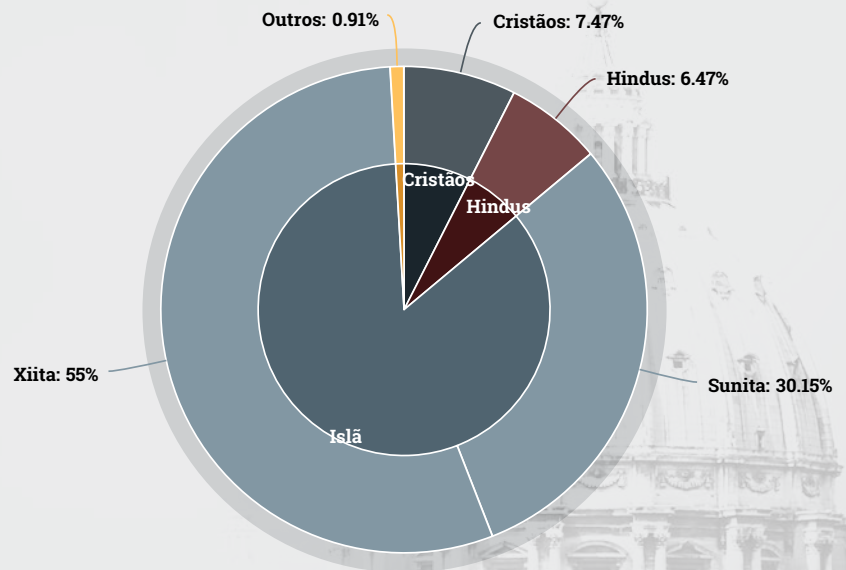
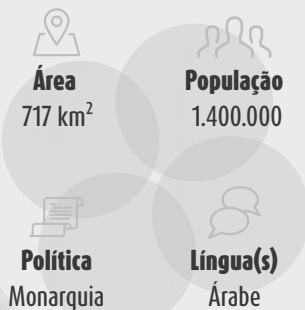


# Barém



## ANTECEDENTES

O Barém é um reino situado no Golfo Pérsico e governado pela dinastia sunita Al Khalifa. Segundo as estatísticas, até dois terços dos cidadãos são xiitas. Os restantes – entre 30% e 35% – são sunitas. Há um pequeno grupo de cidadãos cristãos, judeus, bahá'í e hindus. O Barém é por isso um dos poucos países do Golfo que permite cidadãos não-muçulmanos. Os cristãos com nacionalidade baremita são cerca de 1.000. A maioria destes cristãos foram imigrantes que vieram para o Barém entre 1930 e 1950 e a quem acabou por ser concedida a nacionalidade baremita. A maior parte deles eram originalmente cristãos árabes do Oriente Médio, embora haja alguns provenientes da Índia. Cerca de 50% da população de 1,4 milhões do Barém é constituída por trabalhadores estrangeiros. A maioria vem sobretudo de países do sul da Ásia. Quase metade dos trabalhadores expatriados são não-muçulmanos (aproximadamente 250 mil -300 mil). Os cristãos constituem cerca de 9% da população total. Vivem no Barém cerca de 80 mil católicos.<sup>[1]</sup> Em 2014, o Rei Hamad bin Isa Al Khalifa concedeu autorização à Igreja Católica para construir a sua primeira catedral, embora a construção esteja atrasada.

## SITUAÇÃO LEGAL

De acordo com o artigo 2º da Constituição de 2002, “a religião do Estado é o Islã. A sharia islâmica é a principal fonte de legislação.” O artigo 6º afirma: “O Estado salvaguarda a herança árabe e islâmica.” Contudo, o artigo 18º afirma que “não haverá discriminação com base no sexo, origem, língua, religião ou credo”. O artigo 22º garante que “a liberdade de consciência é absoluta. O Estado garante a inviolabilidade de culto e a liberdade de realizar ritos religiosos e de levar a cabo desfiles e encontros religiosos, de acordo com os costumes observados no país.”<sup>[2]</sup>

A conversão do Islã para outra religião não é explicitamente proibida por lei, mas, de acordo com fontes locais, as consequências sociais e também legais seriam enormes. Um convertido do Islã perderia qualquer direito de herança e seria afastado pela família.

As atividades de missionários não-muçulmanos entre os muçulmanos não são autorizadas. As consequências pessoais para o missionário seriam graves.

O Código Penal do Barém afirma: “Será infligida uma pena de prisão por um período que não exceda um ano ou uma multa que não exceda BD 100 (Dinar Bareinita) [cerca de R\$ 840] a

[1] [http://www.avona.org/vicariate/vicariate\\_about.htm#.VvY4hJ0weM8](http://www.avona.org/vicariate/vicariate_about.htm#.VvY4hJ0weM8)

[2] [http://www.servat.unibe.ch/icl/ba00000\\_.html](http://www.servat.unibe.ch/icl/ba00000_.html)

qualquer pessoa que deliberadamente cause: perturbação à realização de rituais religiosos de uma seita reconhecida ou a uma cerimônia religiosa ou encontro; obstrução desses eventos ou impedimento de realização dos mesmos com uso de força; ameaça de qualquer pessoa que destrua, danifique ou profane um local de culto, ou uma seita reconhecida, ou um símbolo, ou outros que tenham inviolabilidade religiosa.”<sup>[3]</sup>

Foi discutido um projeto de lei que criminaliza o desprezo pela religião, como por exemplo insultar a divindade, difamar livros divinos ou profetas, ou qualquer discurso de ódio ou intolerância que mine a unidade nacional e discriminação com base em crença ou seita.<sup>[4]</sup>

Para trabalhar no país, os grupos religiosos não-muçulmanos são obrigados a registrar-se no Ministério do Desenvolvimento Social (MOSD). Ao todo, dezenove grupos religiosos não-muçulmanos estão registrados neste ministério, incluindo igrejas cristãs e um templo hindu.<sup>[5]</sup>

## DESENVOLVIMENTOS RECENTES

O Rei Hamad bin Isa Al Khalifa do Barém disse que estava disponível para ajudar 200 famílias cristãs de Mossul, dando-lhes abrigo no Barém. Numa entrevista, o comboniano Camillo Ballin, Vigário Apostólico para o Norte da Arábia, afirmou: “Isto mostra a sua generosidade para com os cristãos.”<sup>[6]</sup>

Em 2014, altos clérigos xiitas do Barém criticaram a remoção de estandartes do dia da Ashura, erigidos para comemorar o aniversário da morte do neto do profeta Maomé, dizendo que o gesto representava uma violação de uma tradição com centenas de anos. A queixa destaca preocupações<sup>[7]</sup> por parte da grande comunidade xiita do Barém com a liberdade religiosa neste estado árabe do Golfo que está tentando ultrapassar tensões que tiveram início em protestos em massa por reformas feitas em 2011. Nos dois meses seguintes, pelo menos trinta locais religiosos xiitas foram destruídos, dezenas de pessoas foram mortas e milhares de manifestantes antigovernamentais, a maioria dos quais xiitas, foram presos e/ou perderam os seus empregos como funcionários públicos. Forças militares da Arábia Saudita foram trazidas para ajudar a silenciar a revolta e esta foi rapidamente reprimida. Manifestações dominadas por xiitas contra a monarquia sunita têm continuado esporadicamente nos últimos quatro anos. Os manifestantes exigiam direitos e o fim da discriminação

contra a comunidade maioritariamente xiita por parte da família real sunita. O Barém desmente acusações por parte dos xiitas de que estes são alvo de discriminação na procura de empregos e nos serviços públicos. O chefe de segurança do Barém disse que as forças de segurança estavam tentando proteger as cerimônias e ao mesmo tempo garantindo que os estandartes eram colocados em áreas designadas. O chefe de segurança do Barém, General Tariq Al-Hassan, disse que a polícia tinha tomado “medidas legais contra diversas violações em áreas das províncias do Norte” e confrontado grupos que tinham atacado a polícia com bombas incendiárias.<sup>[8]</sup> Durante o dia da Ashura, em outubro de 2015, houve novos relatos de remoção dos estandartes.<sup>[9]</sup>

O Supremo Tribunal Administrativo proferiu uma sentença a 29 de janeiro de 2014 ordenando a dissolução do Conselho Islâmico Ulema (IUC), a principal assembleia de clérigos xiitas no país, bem como a liquidação dos seus bens, afirmando que o IUC não estava licenciado e “usava a religião como uma fachada” para a atividade política, decidindo assim a favor do Governo que tinha movido uma ação judicial em 2013. Em junho de 2014, o Supremo Tribunal Administrativo de Recurso confirmou a sentença de 29 de janeiro. E, em julho, o Ministério da Justiça e dos Assuntos Islâmicos anunciou que iria tomar medidas para dissolver o IUC de acordo com a decisão do tribunal. Em 17 de novembro de 2014, o Tribunal de Cassação, o tribunal mais elevado, decidiu contra o pedido do IUC de suspensão do veredicto de junho, baseando-se no fato desse veredicto já ter sido concretizado.<sup>[10]</sup>

Em dezembro de 2014, o clérigo xiita e proeminente líder da oposição Ali Salman foi detido e acusado de vários crimes relacionados com segurança que podiam implicar penas de prisão de três anos a prisão perpétua. Os defensores dos direitos humanos disseram que as acusações não tinham fundamento e especialistas da ONU criticaram-nas como sendo violações da liberdade de expressão, associação e religião.<sup>[11]</sup> No final do período abrangido por este relatório, Salman permanece detido.<sup>[12]</sup>

Em março de 2015, o Ministério Público do Barém acusou um aluno do Ensino Médio e dois professores de insultarem o Islã, na sequência de um vídeo que revela o aluno recitando versos do Corão com acompanhamento musical. A acusação foi relatada na agência noticiosa estatal BNA. De acordo com a tradição islâmica, a tajweed, ou recitação do livro sagrado do Islã, obedece a normas estritas de entoação que variam de acordo com diversos estilos de leitura reconhecidos. A BNA relatou que foram colocadas filmagens nas redes sociais

[3] [http://alwefaq.net/media/2015/01/Ashura\\_2014\\_EN.pdf](http://alwefaq.net/media/2015/01/Ashura_2014_EN.pdf)

[4] <http://www.bna.bh/portal/en/news/684059>

[5] Relatório Internacional dos EUA para a Liberdade Religiosa de 2014

[6] <http://www.lastampa.it/2014/08/30/vaticaninsider/eng/world-news/bahrain-is-willing-to-welcome-christian-families-from-mosul-vJDv1J6XEIVS5wB9xgFO/pagina.html>

[7] [http://alwefaq.net/media/2015/01/Ashura\\_2014\\_EN.pdf](http://alwefaq.net/media/2015/01/Ashura_2014_EN.pdf); <http://shiapost.com/2015/12/06/violations-of-religious-freedom-increasing-in-bahrain/>

[8] <http://www.reuters.com/article/us-religion-ashura-bahrain-idUSKCN0SG1TP20151022>

[9] <https://globalvoices.org/2015/10/20/bahrain-government-renews-crackdown-on-religious-rituals/>

[10] U.S. International Religious Freedom Report for 2014

[11] <http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=15541&LangID=E>

[12] <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-33147198>; <http://english.almanar.com.lb/adetails.php?fromval=2&cid=27&frid=23&seccatid=27&eid=249665>

que alegadamente mostravam o aluno a recitar versos corânicos enquanto o professor o acompanhava ao som de um instrumento. O Ministério da Educação investigou o vídeo e descobriu que a escola tinha participado numa competição de versos corânicos realizada para crianças em todo o mundo muçulmano. Os dois professores e o aluno foram posteriormente interrogados pelo Ministério Público. “O Ministério Público... acusou-os de violarem a religião islâmica e de insultarem os seus rituais”, disse a agência noticiosa. “E também ordenou que fossem detidos preventivamente durante o processo.”<sup>[13]</sup>

Em fevereiro de 2016, o Supremo Tribunal Criminal (de Recurso) do Barém confirmou uma sentença de expulsão do Xequê Mohammad Khojasteh, um clérigo xiita baremita e membro do Conselho Islâmico Ulema, cuja nacionalidade tinha sido revogada. Khojasteh foi um dos setenta e dois cidadãos a quem foi retirada a nacionalidade no início de 2015.<sup>[14]</sup> Em 2014, alterações à lei da nacionalidade permitiram que o Governo revogasse a nacionalidade de qualquer cidadão do Barém que “causasse prejuízo aos interesses do Reino”, que não cumprisse o seu dever de “lealdade”, ou que prestasse ajuda a “um estado hostil”. Os que perdem a nacionalidade são forçados a devolverem os seus passaportes e cartões de cidadão, e a candidatarem-se a autorizações de residência, ou alternativamente a deixarem o país. Quatro dessas pessoas foram deportadas desde o início de fevereiro.<sup>[15]</sup>

## PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Recentemente, um diplomata da Santa Sé chamou “ao Reino do Barém, com as suas proteções constitucionais da liberdade de consciência, a inviolabilidade dos locais de culto, e a liberdade para celebrar ritos religiosos, um farol do pluralismo e tolerância religiosa numa região onde essa abertura não é onipresente”.<sup>[16]</sup>

A comissão norte-americana da liberdade religiosa concluiu que o Governo do Barém fez progressos consideráveis na reconstrução de mesquitas e estruturas religiosas que destruiu durante os distúrbios da primavera de 2011. Mesmo assim, mais precisa ser feito para implementar as recomendações da Comissão de Inquérito Independente do Barém (BICI) para corrigir os abusos passados contra muçulmanos xiitas e para continuar melhorando as condições de liberdade religiosa. Além disso, os muçulmanos xiitas continuaram sendo detidos e presos arbitrariamente ao longo do ano.<sup>[17]</sup>

[13] <http://www.reuters.com/article/us-bahrain-koran-idUSKBN0M71UL20150311>

[14] <http://en.abna24.com/service/bahrain/archive/2016/02/21/736039/story.html>

[15] <http://ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=17252&LangID=E>

[16] <http://www.holyseemission.org/contents%5C/statements/statements-56d8ae4351d563.55378827.php>

[17] <http://www.uscirf.gov/sites/default/files/Bahrain%202015.pdf>

Há ainda grandes queixas por parte da comunidade xiita do país. Como a religião e a filiação política estão muitas vezes estreitamente ligadas, é difícil classificar muitos incidentes como sendo apenas baseados na identidade religiosa. Dadas as tensões geopolíticas na região entre poderes sunitas e xiitas, liderados pelo Irã e pela Arábia Saudita, não vai ser fácil lidar com elas.